



## **ECOMUSEU MUNICIPAL DO SEIXAL**

### **PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO**

- **INSTALAÇÃO DOS SERVIÇOS CENTRAIS  
E QUALIFICAÇÃO DE NÚCLEOS MUSEOLÓGICOS**
- **DESENVOLVIMENTO DO CIRCUITO MUSEOLÓGICO INDUSTRIAL**

**CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL**

**Outubro 2000/Março 2001**

## **ÍNDICE**

### **1. APRESENTAÇÃO DO EMS**

- 1.1. Enquadramento programático, missão e objectivos gerais
- 1.2. Núcleos e recursos museológicos
- 1.3. Serviços em interacção com os públicos
- 1.4. Actividades de difusão
- 1.5. Amigos e doadores
- 1.6. Públicos e utilizadores

### **2. PROGRAMA DE CANDIDATURA AO III QCA**

- 2.1. Justificação e objectivos gerais
- 2.2. Apoios e faseamento previsível

### **3. PROJECTOS DE QUALIFICAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO DO EMS**

- 3.1. Musealização da *Mundet*, instalação dos serviços centrais e qualificação dos núcleos museológicos
- 3.2. Desenvolvimento do circuito museológico industrial

## 1. APRESENTAÇÃO DO EMS

### 1.1. Enquadramento programático, missão e objectivos gerais

O Ecomuseu Municipal do Seixal (EMS) – actual Divisão de Património Histórico e Natural – é a estrutura orgânica da Câmara Municipal do Seixal correspondente a uma entidade cultural de funcionamento permanente e sem fins lucrativos, resultante de uma iniciativa autárquica assente no envolvimento dos técnicos e de sectores e elementos da população local. Constitui um instrumento para o desenvolvimento sustentado do território do concelho, através da aplicação dinâmica, ao património cultural, das funções museológicas de investigação, de preservação e de difusão.

O EMS tem a missão de investigar, conservar, interpretar e difundir testemunhos representativos da ocupação humana e da natureza, reportados ao território e à envolvente social em que se insere, contribuindo para a construção e para a transmissão das memórias colectivas e para o reforço das identidades locais. Através do trabalho museal, nas suas diversas vertentes, tem a missão de estimular e ser instrumento do desenvolvimento sustentado da região.

O acervo do EMS integra importantes colecções móveis e fundos documentais, património imóvel, sítios arqueológicos e embarcações tradicionais a navegarem no rio Tejo. O acervo móvel, incluindo colecções arqueológicas, provem maioritariamente do território concelhio, sendo-lhe porém atribuíveis níveis de maior representatividade e significado mais abrangente, para o que contribuem as vertentes de investigação e de preservação do trabalho museológico de que aquele tem sido objecto, nalgumas situações em associação com os respectivos contextos. São disso exemplo e merecem particular destaque, sobretudo na perspectiva da sua valorização e divulgação ao público:

- as colecções, em estudo, provenientes da Olaria Romana da Quinta do Rouxinol;
- as colecções industriais, em fase de estudo e incorporação, nomeadamente as que são provenientes da antiga fábrica corticeira *Mundet*;
- as colecções etnográficas e de cultura flúvio-marítima provenientes de estaleiros navais tradicionais do estuário do Tejo ou que lhe estão associadas;

- as colecções documentais e fotográficas (incluindo imprensa local; espólios de instituições e de personalidades de que emergem simultaneamente a projecção nacional e a ligação à história local; registos de actividades tradicionais e industriais);
- a colecção iconográfica sobre etnocerâmica doada pelo Dr. Eugénio Lapa Carneiro, inventariada e encontrando-se o respectivo catálogo em processo de edição;
- as colecções de azulejaria provenientes de intervenções arqueológicas de emergência e/ou de acções de salvamento em sítios históricos do concelho (séculos XVI a XX).

Para além do património museológico, o Ecomuseu dinamiza um importante património imaterial ou incorpóreo, ao contribuir para a preservação e a transmissão de saber-fazer materializado no trabalho e nas actividades de moagem, de construção naval e de navegação tradicional, decorrentes de componentes como o moinho de maré conservado em funcionamento, a oficina de construção de modelos de barcos tradicionais do Tejo, os dois botes de fragata e o varino reutilizados com fins didácticos e de recreio.

Evoluindo, sob a tutela da Câmara Municipal do Seixal, em interacção com a mudança do meio social e territorial envolvente, o Ecomuseu tem procurado renovar-se como serviço público. As suas atribuições funcionais específicas repartem-se pela área da investigação, em múltiplos campos temáticos ligados às realidades locais, pela área da documentação e da conservação de património e pela área de difusão, através de exposições, de programas de extensão cultural e educativa e de edição.

Actualmente o EMS integra uma equipa de 42 pessoas, das quais 32 do quadro de pessoal da Câmara. Globalmente, a equipa é composta por: 14 técnicos superiores (3 em tempo parcial); 8 técnicos e técnico-profissionais; 9 profissionais especializados em técnicas tradicionais (moagem, navegação à vela e construção de modelos de barcos); 3 assistentes administrativos e 6 auxiliares ( de museografia e administrativos). A manutenção e limpeza de espaços e núcleos museológicos compete a outros serviços municipais ou é objecto de adjudicação a empresas privadas. O mesmo acontece com projectos e intervenções periódicas, decorrentes da programação de actividades de carácter temporário ou em áreas técnicas especializadas que a equipa fixa não

contempla – por exemplo serviços de arquitectura, design e da área gráfica ou alguns serviços de conservação e restauro.

A direcção técnico-científica do EMS é, desde 1990, de Graça Filipe (técnica superior com licenciatura em História e mestrado em Museologia e Património), a qual desempenha o cargo da chefia de Divisão desde 1995, data em que a Câmara procedeu pela primeira vez à nomeação do cargo na respectiva Divisão, apesar da estrutura orgânica ter sido criada muitos anos atrás.

Embora ainda não tenha sub-estruturas orgânicas formalmente definidas, dentro da estrutura *Divisão de Património Histórico e Natural/Ecomuseu*, pertencente ao *Departamento de Cultura, Educação, Acção Cultural, Desporto e Juventude*, o funcionamento é regularmente assegurado com base num sistema de gestão e de informação participado, tendo por eixo a direcção da *Chefe de Divisão*, a coordenação desta com os *coordenadores* de serviços e a responsabilização destes *coordenadores* pelas suas respectivas áreas funcionais ou áreas específicas de gestão:

- Serviço de Conservação e Restauro (incluindo as Reservas);
- Centro de Documentação e Informação;
- Serviço Educativo;
- Serviço de Difusão (Exposições, Edição) – em reformulação;
- Serviço Administrativo;
- Área de Arqueologia;
- Área de Património Náutico;
- Área de Património Industrial.

Ao longo de perto de duas décadas, as disciplinas que mais se destacaram nas actividades do EMS foram a História, a Arqueologia e a Antropologia, proporcionando um processo de constituição de acervos e de organização de recursos em que emergem três campos temáticos essenciais. A estes correspondem o património histórico e arqueológico, o património técnico e industrial e o património náutico e flúvio-marítimo.

Num território geograficamente privilegiado e dispendo de recursos naturais que durante séculos foram objecto de fruição das populações aqui fixadas, foi sobretudo por

via da proto-industrialização e da industrialização que a paisagem adquiriu as principais marcas duma extraordinária relação do homem com o meio, aproveitando as energias renováveis e diversificando a aplicação das tecnologias e os produtos obtidos. A industrialização abriu surpreendentes caminhos ao crescimento demográfico e à transformação deste mesmo território, ao mesmo tempo que confrontou a sociedade com uma multiplicidade de problemas ambientais, sócioeconómicos e culturais.

Apesar de se constatarem várias dificuldades de funcionamento do EMS, em grande parte devidas a carências logísticas, a avaliação geral aponta uma evolução importante, através da articulação de meios, da ligação e do envolvimento, consoante os projectos e os temas tratados, de diferentes sectores da comunidade e do aprofundamento da experiência da equipa na interpretação da sensibilidade dos públicos e das necessidades dos utilizadores. Experimentaram-se parcerias e puseram-se de pé projectos à partida ambiciosos, cujos principais resultados se traduzem não só na adesão dos públicos, como na confiança manifestada pelos doadores, que contribuíram para o enriquecimento e crescente representatividade do acervo museológico e pelos cooperantes – investigadores, informantes locais, instituições diversas – com que se actualiza e renova o banco de dados do Ecomuseu sobre o território.

Através da participação em projectos em curso, de investigação e de cooperação, de enquadramento nacional e internacional (Programa *Raphael* da CE), Ecomuseu é actualmente parceiro, no projecto PARH (*People are the real history*) de instituições museológicas, tais como o Museu Nacional da Ciência e da Técnica da Catalunha (Espanha)/*Museu del Suro* de Palafrugell; o CEDPI (Centro de Difusão do Património Industrial) da Catalunha; o Ecomuseu de Bergslagen (Suécia); o Museu da Indústria da Renânia (Alemanha); e de associações, tais como o Centro de Arqueologia de Almada. O EMS foi coordenador da *Rede europeia e manifestações culturais sobre o ciclo cereal-pão*, no âmbito do Programa Caleidoscópio da CE em 1995/1996, agrupando parceiros de França, Espanha, Itália e Grécia.

No quadro da instituição de tutela, o EMS participa nas seguintes organizações, de que a CMS é membro:

- Conselho Internacional de Museus (ICOM);
- Comité Internacional para a Conservação do Património Industrial (TICCIH);
- Congresso Internacional de Museus Marítimos (ICMM);
- Associação para o Desenvolvimento da Conservação e Restauro (ADCR).

## 1.2. Núcleos e recursos museológicos

Actualmente, fazem parte do EMS os seguintes núcleos museológicos, descentralizados no território concelhio, mas integrados por um funcionamento e uma gestão centralizados:

- **Núcleo Sede** (aberto ao público desde 1982; sujeito a sucessivas reformulações, a última das quais em 1993)

Praceta Francisco Adolfo Coelho, Torre da Marinha

**Exposição permanente** (instalada em 1992; remodelações parciais sucessivas; última intervenção em curso)

### *O Território – O Homem – A História*

Horários:

De 3<sup>a</sup> a 6<sup>a</sup> feira, das 9 às 12h e das 14 às 17h

Encerramento:

2<sup>as</sup> feiras, feriados nacionais e municipais.

Só abre ao público aos Sábados e Domingos mediante solicitação prévia.

- **Núcleo Naval de Arrentela** (aberto ao público desde 1984)

Arrentela (núcleo parcialmente remodelado em 1993)

### **Exposição temporária**

#### *Conservar o património náutico no estuário do Tejo*

Horários de Verão (Junho - Setembro):

De 3<sup>a</sup> a 6<sup>a</sup> feira, das 9 às 12h e das 14 às 17h

Sábados e Domingos, das 14h30 às 18h30

Horários de Inverno (Outubro - Maio):

De 3<sup>a</sup> a 6<sup>a</sup> feira, das 9 às 12h e das 14 às 17h

Sábados e Domingos, das 14h às 17h

Encerramento

2<sup>as</sup> feiras, feriados nacionais e municipais

### **Oficina artesanal de modelos de barcos do Tejo** (aberta ao público em 1993)

Espaço onde dois artífices, acompanhados por um carpinteiro de machado/construtor naval, executam artesanalmente e restauram modelos de barcos, desenvolvendo um

saber-fazer associado à memória colectiva e apoiado pelas pesquisas da história local e das tradições flúvio-marítimas da região e do concelho do Seixal em particular.

- **Embarcações tradicionais do Tejo**

Cais principal de apoio: Seixal

**varino *Amoroso*** (em reutilização desde 1994)

**bote de fragata *Baía do Seixal*** (em reutilização desde 1990)

**bote de fragata *Gaiotas*** (suspensa a reutilização para obra de restauro)

Realização de passeios no Tejo, entre os meses de Abril e de Outubro de cada ano

- **Núcleo da Mundet**

**Edifício das Caldeiras *Babcock*** (aberto ao público em 1998)

**Edifício das Caldeiras de Cozer Cortiça** (aberto ao público em 2000)

Largo 1º de Maio, Seixal

**Exposição de longa duração sobre a *Mundet***

***Água, Fogo, Ar, Cortiça* (desde Junho 2000 até Abril de 2002)**

Horários de Verão (Junho - Setembro):

De 3ª a 6ª feira, das 9 às 12h e das 14 às 17h

Sábados e Domingos, das 14h30 às 18h30

Horários de Inverno (Outubro - Maio):

De 3ª a 6ª feira, das 9 às 12h e das 14 às 17h

Sábados e Domingos, das 14h às 17h

Encerramento

2as feiras, feriados nacionais e municipais

**Edifício dos Escritórios novos (ex-Casa da Infância)** (em utilização desde 1997)

Instalação provisória da equipa de inventário e estudo de património industrial do Ecomuseu

**Restantes espaços e edifícios sujeitos a inventário sistemático e a intervenções de salvaguarda pontuais** (a aguardar programação)

- **Núcleo da Quinta da Trindade**

Azinheira, Seixal

Imóvel Classificado de Interesse Público

**Reservas, Serviço de Arqueologia e Serviço de Conservação e Restauro** (serviços progressivamente instalados, provisoriamente, desde 1990)

Acesso ao público condicionado

- **Núcleo da Olaria Romana da Quinta do Rouxinol**

Quinta do Rouxinol, Corroios

Sítio Classificado como Monumento Nacional

**Fornos de Cerâmica Romanos (sécs. II-IV)**

Acesso ao público condicionado e fornos recobertos por motivos de conservação

(Cerâmica de produção local em exposição no Núcleo Sede)

- **Núcleo do Moinho de Maré de Corroios**

Devido a obras de conservação do imóvel, incluindo consolidação de estruturas de embasamento e a limpeza da área envolvente, este núcleo encontra-se encerrado ao público desde Agosto de 2000, estando prevista a sua reabertura até ao final de 2001.

### **Outros recursos e extensões**

Faz ainda parte dos recursos mais directamente geridos pelo EMS o Moinho de Maré Novo dos Paulistas, que, tal como todos os outros moinhos de maré do concelho, se encontra classificado de Interesse Público. Contudo, devido ao seu mau estado de conservação e aos problemas verificados na envolvente deste espaço, não é utilizado com fins museológicos.

Para além dos núcleos museológicos directamente geridos pela estrutura orgânica e funcional do EMS, este tem actualmente duas importantes extensões, objecto de actividades regulares de investigação, de conservação, de documentação e de difusão, quer através de exposições, quer de edições e de outras iniciativas de carácter educativo:

- **Extensão do Ecomuseu na Sociedade Africana de Pólvora**

Vale de Milhaços, Corroios

**Exposição *Fábrica da Pólvora de Vale de Milhaços – séculos XIX e XX***

***O espaço e o trabalho, o circuito da pólvora negra e a máquina a vapor***

Na Oficina desactivada de Carbonização (aberta ao público em 2000, após obras de recuperação e de conservação dos carbonizadores, integrados no circuito expositivo).

Horários:

Visitas para público escolar e para público adulto, mediante marcação prévia junto do Serviço Educativo do Ecomuseu.

- **Extensão do Ecomuseu na Quinta de S.Pedro**

Quinta de S.Pedro, Corroios

**Campo arqueológico: necrópole medieval-moderna (séculos XIV-XVII)**

Horários:

A partir de Maio de 2001, durante a campanha de escavação arqueológica, terão lugar visitas para público escolar e para público adulto, mediante marcação prévia, junto do Serviço Educativo do Ecomuseu. Está em vias de elaboração um programa museológico de interpretação do sítio, que desde 1996 é objecto de um projecto de investigação arqueológica e histórica, coordenado pelos técnicos do Ecomuseu/arqueólogos Jorge Raposo e Ana Luísa Duarte.

Apesar de não se terem desenvolvido os projectos de valorização e/ou de musealização, devem ainda referir-se três situações específicas com compromissos anteriormente assumidos e a considerar num programa de desenvolvimento do EMS:

- a **reserva arqueológica da Quinta de São João**, em Arrentela – mediante um protocolo estabelecido com o proprietário, uma área foi reservada, prevendo futuras investigações arqueológicas na *villa* romana ali detectada;
- o **lugar de azeite da Cooperativa Agrícola de Almada e Seixal** (ex-grémio de Lavoura), no Fogueteiro/freguesia de Amora, desde 1997 salvaguardado ao abrigo de um protocolo que prevê a sua musealização em funcionamento;

- o **lagar de azeite do Pinhalzinho**, na freguesia de Aldeia de Paio Pires, tendo sido objecto de um processo inicial de negociação com os seus proprietários, com vista à sua aquisição pela CMS, a qual propor ao IPPAR a respectiva classificação, em 1999, apresentando desde logo um estudo prévio para o projecto de arquitectura destinado à musealização.

### **1.3. Serviços em interacção com os públicos e difusão**

A par dos serviços através dos quais se desenvolvem as actividades de incorporação e inventário, estudo e investigação centrados no património concelhio e/ou no acervo museológico, conservação, interpretação e programação de exposições, o EMS dispõe de dois serviços que interagem com os utilizadores e os públicos:

- **Serviço Educativo**

Horários de atendimento telefónico no Núcleo Sede: 2as e 3as feiras, das 9h às 12h30 e das 14 às 17h

O Serviço Educativo do EMS desempenha um papel de interface do Ecomuseu com os públicos e os utilizadores:

- Planifica e assegura a prestação de informações sobre o Ecomuseu em geral e o respectivo programa de iniciativas, incluindo passeios no Tejo nas embarcações tradicionais.
- Procede à marcação de visitas para grupos, aos vários núcleos e extensões do Ecomuseu.
- Promove a cedência de materiais didácticos e pedagógicos, especialmente concebidos para explorar e utilizar nos vários núcleos e extensões do Ecomuseu (por exemplo: Jogo da Pólvora, Jogo da Agricultura, Dominó dos Cereais, colecções de diapositivos, entre outros).
- Recebe solicitações, analisa, apoia e propõe projectos na área da educação patrimonial, envolvendo os vários núcleos e extensões do Ecomuseu.
- Prepara e acompanha a distribuição/difusão de materiais de divulgação sobre o Ecomuseu, de acordo com solicitações prévias ou com necessidades identificadas pelos técnicos.

Para além destas acções, e em interligação com outras áreas funcionais do Ecomuseu, o Serviço Educativo organiza e promove um pacote anual de iniciativas, de divulgação trimestral, para diferentes tipos de públicos – escolar, juvenil, adulto e outros – que inclui acompanhamento de técnicos especializados e, sempre que necessário, um transporte municipal. Uma percentagem significativa destas actividades é especialmente direccionada para a comunidade educativa, com evidente destaque para professores e alunos das escolas do concelho.

Ao nível do património náutico, e utilizando os recursos disponíveis do Ecomuseu nesta área, o Serviço Educativo organiza, entre Abril e Outubro de cada ano, passeios temáticos no Tejo e ateliers, nas embarcações tradicionais bote de fragata *Baía do Seixal* e varino *Amoroso*.

- **Centro de Documentação e Informação (CDI)**

Horários de consulta: 3as, 4as e 5as feiras, das 9h30 às 12h30 e das 14 às 17h

O CDI é um serviço do EMS essencial ao desempenho das suas funções de investigação, de preservação e de difusão do património natural e cultural do concelho e, particularmente, do património gerido pela respectiva tutela. Dispõe de pessoal com formação especializada, sendo coordenado por um técnico superior documentalista.

Através do CDI é pesquisada, recolhida e processada a informação, quer de carácter mais especializado, necessária aos utilizadores internos, para a gestão do acervo museológico (móvel e imóvel) do Ecomuseu Municipal, que de carácter diversificado e de apoio aos utilizadores externos à instituição.

O CDI desenvolve produtos e recursos de informação constituídos por livros, revistas, jornais, desenhos, cartazes, postais, vídeos, cartografia, dossiers de informação e fotografia, abrangendo várias áreas disciplinares e transdisciplinares ligadas ao património e à museologia, à arqueologia, à história local, à antropologia e à etnologia, aos campos temáticos da cultura flúvio-marítima, do ambiente e recursos naturais e da indústria.

Como serviço público municipal, o CDI do Ecomuseu é acessível aos interessados nas temáticas e áreas disciplinares referidas, trabalhando atento às necessidades e às solicitações dos seus utilizadores.

Presta um apoio directo a todos os que pretendam produzir, aprofundar ou desenvolver projectos, nomeadamente agentes educativos e investigadores, aos quais disponibiliza serviços complementares de reprodução de documentos, através de um atendimento personalizado efectuado por técnicos especializados.

O CDI do Ecomuseu produz a edição mensal de um *Boletim Bibliográfico*, de circulação interna, mas de consulta acessível aos utilizadores externos. Os seus fundos são actualizados regularmente, quer através do sistema de permutas com mais de uma centena de entidades, quer por aquisições previstas anualmente no plano e orçamento municipal.

#### **1.4. Actividades de difusão**

##### **Exposições**

A vertente das exposições da área funcional de difusão do EMS tem sido condicionada pelo défice de espaços adequados a essas actividades, quer de carácter permanente, quer de carácter temporário.

Apesar disso, destacam-se as experiências importantes, do ponto de vista da interpretação de património conservado *in situ* ou de contextos associados à transmissão de saberes, do Moinho de Maré de Corroios, da Oficina de construção de modelos de barcos do Núcleo de Arrentela e, mais recentemente, da Mundet – edifício das Caldeiras Babcock: *Água, Fogo, Ar, Cortiça* – e da *Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços: séculos XIX e XX* – edifício dos Carbonizadores.

No âmbito das exposições temporárias concebidas nos últimos dez anos e respectivos programas de interpretação e de educação, foram relevantes as que se intitularam *Olaria Romana na Quinta do Rouxinol* – 1990/1991 - *Agricultura e espaços rurais no concelho do Seixal* - 1992/1994 - *A Terra e o Homem- Aspectos Geológicos do Concelho do Seixal* - 1993/1994 - e *Terra-Mãe...Terra-Pão* (sobre o ciclo cereal-pão em Portugal) – 1995/1996 – e *Preservar o Património Náutico no Estuário do Tejo* – 1998/2000.

### **Boletim trimestral *Ecomuseu Informação***

(17 edições até final de 2000; publicado desde Outubro de 1996)

Sendo um meio de comunicação muito importante não só para actualização de informação junto dos utilizadores do SEM, mas também para contacto e sensibilização de potenciais novos públicos, é editado trimestralmente pela Câmara Municipal do Seixal, desde Outubro de 1996, o boletim trimestral *Ecomuseu Informação*. Este boletim, elaborado sob direcção da responsável do Ecomuseu, divulga não só os programas de actividades do Serviço Educativo, as exposições e as edições do Ecomuseu, como aspectos do seu acervo e do património do concelho em geral. Na sua preparação e nos temas abordados, procura-se atender aos interesses manifestados por utilizadores e por visitantes do Ecomuseu.

É distribuído gratuitamente através dos núcleos do Ecomuseu, de outros serviços municipais e das autarquias do concelho. É também distribuído por via postal, a todas as pessoas e entidades que o solicitam, para além dos amigos, doadores e demais entidades que cooperam habitualmente ou com quem o Ecomuseu estabeleceu acordo de permuta de publicações.

A tiragem regular do boletim é de 5000 exemplares (excepcionalmente, 7500) integralmente distribuída.

### **Edição sobre o património e as colecções do Ecomuseu**

Apesar de não se ter prosseguido uma linha constante de orientação neste plano da difusão museológica, a CMS, sobretudo através do Ecomuseu, editou diversos materiais, atendendo a diversos níveis e grupos de interessados, na maior parte dos casos procurando rentabilizar acções de estudo e projectar outras iniciativas e intervenções de preservação e projectos de educação patrimonial.

Recentemente, foi criada a colecção *Património e História*, com edições previstas até 2004. Está em planificação e em preparação uma outra colecção, a intitular *Cadernos Didácticos*. Continuarão a ser editados os Catálogos das exposições temporárias e de colecções sistematicamente inventariadas e documentadas.

#### **1.4. Amigos e doadores**

Constando duma base de dados em permanente actualização (pelos serviços de incorporação/inventário e administrativo), através da qual se procede a expedições de correio regulares, todas as pessoas que contribuem para o enriquecimento do acervo do EMS, ou que participam voluntariamente nas suas actividades, nomeadamente no âmbito da história oral, passam a ser incluídas no grupo informal dos amigos e doadores. Para além de receberem trimestralmente o *Ecomuseu Informação*, são convidadas para a inauguração de todas as exposições e iniciativas de extensão cultural do Ecomuseu, recebem pelo correio os folhetos de divulgação, enfim, são contactados com regularidade e frequência, nomeadamente para convívios de realização mais ou menos anual. Este grupo informal, abrangendo perto de duas centenas de pessoas, não exclusivamente do concelho, tem uma constituição bastante heterogénea, do ponto de vista profissional e etário, sendo seu principal traço comum o interesse e/ou envolvimento em projectos do EMS, na salvaguarda e valorização do património local, e na construção das memórias colectivas.

#### **1.5. Públicos e utilizadores**

Das estatísticas assentes na contabilização dos visitantes dos núcleos museológicos e dos participantes em passeios de barco e outras visitas acompanhadas por técnicos do Ecomuseu inferem-se os seguintes pontos, importantes para a caracterização dessas vertentes de utilização do EMS:

- nos anos de 1996, 1997, 1998 e 1999, a média anual de utilizadores foi de 41366 pessoas, registando-se uma tendência decrescente no último ano, que se associa à paragem de projectos de remodelação e de valorização dos núcleos;
- o núcleo museológico mais frequentado foi o do Moinho de Maré de Corroios, constatando-se o incremento do interesse dos públicos em períodos de exibição de exposições temporárias;
- o relativo equilíbrio entre visitantes/utilizadores de meio escolar e os “espontâneos” é sobretudo obtido pela frequência do núcleo do Moinho de Maré de Corroios (sobretudo de fim-de-semana) e dos passeios de barco;

- os públicos de meio escolar do exterior do concelho já ultrapassam os do concelho; tendência semelhante se crê existir ao nível dos utilizadores e públicos adultos, organizados, ou não, em grupo.

No que toca ao Centro de Documentação e Informação, a maior percentagem de utilizadores exteriores à instituição (seja EMS, seja a CMS em geral) provém de meios universitários. Verifica-se porém que as solicitações são bastante heterogéneas, requerendo em todos os casos um apoio personalizado, o que aliás tem caracterizado este serviço, permitindo a aproximação de utilizadores não especializados a algumas das temáticas documentadas, directamente relacionadas com o património local e a actividade museológica.

## **2. PROGRAMA DE CANDIDATURA AO III QCA**

### **2.1. Justificação e objectivos gerais**

No quadro de um plano integrado de desenvolvimento para o Concelho, a Câmara Municipal do Seixal tem por objectivo desenvolver, qualificar e consolidar a estrutura territorial descentralizada do Ecomuseu, dinamizando os seus recursos e patrimónios, mediante:

- o aprofundamento de programas de base delineados ou em elaboração;
- a execução de projectos de arquitectura adequados aos diferentes espaços e recursos patrimoniais integrados na estrutura museológica municipal;
- a aprovação do programa museológico definitivo de espaços, funções e actividades abrangendo as diversas unidades e/ou núcleos;
- o prosseguimento e a concretização dos projectos de arquitectura e museografia que lhe permitam uma implantação correspondente, por um lado, às expectativas dos públicos, partilhadas com grupos e sectores da população que vêm validando a orientação programática do museu; correspondente, por outro lado, às responsabilidades determinadas pela incorporação de importantes bens patrimoniais e de vasto acervo museal.

A CMS tem por objectivo a qualificação dos serviços e das áreas funcionais essenciais à actividade museológica:

- Investigação;
- Preservação (Conservação e Documentação);
- Difusão.

Tal objectivo requer a instalação, em espaços adequados, e a melhoria e modernização dos equipamentos destinados:

- às Reservas;
- ao Serviço de Conservação e Restauro;
- ao Centro de Documentação e Informação;
- às exposições – permanentes e temporárias – e à área técnica de museografia;
- ao Serviço Educativo;

A Câmara Municipal do Seixal visa assim, a curto, a médio e a longo prazo, fazer reverter para o desenvolvimento local as potencialidades do património e dos recursos da museologia, procurando simultaneamente contribuir, nos planos regional e nacional, para a valorização do património cultural, das identidades e das memórias colectivas.

Pretende-se que o desenvolvimento do programa museológico que tem sido enquadrado no modelo territorial e funcional designado por Ecomuseu Municipal do Seixal, abrangendo diversos projectos de salvaguarda do património local, continue a articular-se com outros projectos municipais, nomeadamente de qualificação do espaço urbano, de defesa ambiental e de promoção cultural e turística.

Assim se perspectiva a articulação da intervenção no plano patrimonial e museológico com projectos essenciais ao desenvolvimento sustentado do concelho e da região, tais como o *Plano de Valorização da Baía do Seixal e Zonas Ribeirinhas*, a salvaguarda e valorização dos Núcleos Urbanos Antigos do Concelho do Seixal, o ordenamento e qualificação da Reserva Ecológica Nacional no Concelho e o *Plano de Desenvolvimento Turístico*.

A análise do percurso e da evolução do Museu/Ecomuseu Municipal do Seixal e a avaliação mais próxima das experiências destes últimos anos, com a municipalização da antiga fábrica de cortiça Mundet e os primeiros passos da criação de um novo núcleo museológico, assim como com a parceria entre a CMS e a Sociedade Africana de Pólvora – a qual já permitiu o processo de classificação do património mais importante daquela unidade industrial centenária e a instalação duma extensão do Ecomuseu, integrado no circuito da pólvora negra em funcionamento – enfim, as múltiplas possibilidades de aproveitamento museológico de sítios e de acervos em vias de estudo e de preservação, tornaram da maior pertinência a reperspectivação do Ecomuseu, na sua globalidade, e a sua reprogramação integrada (considerando-o tendencialmente como sistema museológico, até aqui de exclusiva tutela municipal).

O momento actual e o quadro de situação perspectiva a progressiva qualificação e uma certa normalização do tecido museológico português, com a definição e a implementação da Rede Portuguesa de Museus. Coloca-se-nos a expectativa de desenvolvimento de novos diálogos e o aprofundamento de cooperações, por forma a

encontrarmos, ao nível dos apoios técnicos e dos investimentos, meios reforçados e viabilizadores da concretização de projectos descentralizadores, que se enquadrem nas estratégias de desenvolvimento social e cultural e de valorização nacional dos patrimónios e que sejam, ao mesmo tempo, valorizadores das especificidades regionais e locais.

Tendo pública repercussão os investimentos e o empenho com que a Câmara Municipal do Seixal tem feito evoluir a sua intervenção em prol da memória histórica e da memória colectiva, que considera essenciais à construção das identidades e do bem-estar das populações, e estando esta mesma Câmara Municipal determinada a prosseguir um caminho que mobiliza o interesse e o respeito das comunidades, assumimos o propósito de capitalizar o trabalho realizado, as experiências das nossas equipas e os recursos disponíveis, procurando congregá-los com outros recursos, adequar o projecto museológico já existente e articulá-lo com as políticas museológicas nacionais.

Como foi atrás referido, integram-se no Ecomuseu Municipal do Seixal diversos espaços patrimoniais e um importante acervo museológico móvel, carecendo actualmente de espaços e das infraestruturas específicas para as respectivas funções museológicas.

Para viabilizar a referida candidatura, a Câmara Municipal do Seixal está em vias de elaborar o seu próximo plano e orçamento anual em consonância com as propostas apresentadas, nomeadamente no que concerne a programas e acções de estudo, de preservação e de divulgação dos patrimónios e acervos móveis, assim como de elaboração de projectos decorrentes da programação museológica a desenvolver.

A **instalação dos serviços centrais e a qualificação dos actuais núcleos museológicos**, por um lado e a **programação e desenvolvimento do circuito museológico industrial**, por outro lado, parecem assim essenciais para a qualificação global do Ecomuseu Municipal do Seixal e para a sua dinamização, tanto no plano local, como no plano da construção da Rede Portuguesa de Museus, na qual aspiramos ser integrados e participar activamente.

## **2.2. Apoios e faseamento previsível**

Consideram-se prioritários os seguintes apoios e a obtenção de recursos e meios complementares essenciais aos da entidade de tutela do EMS:

- apoio técnico e consultoria no desenvolvimento da programação museal – conclusão de programas de base e consultoria em áreas de especialidade;
- apoio e acompanhamento técnico dos projectos de arquitectura para núcleos actuais e em criação, nomeadamente na preparação e abertura de concursos públicos;
- apoio/meios de reforço das equipas de inventários de património e de acervo museológico, em vias de transferência para bases de dados adquiridas pela CMS e que estão em vias de instalação, com transferência da base de inventário de acervo móvel;
- apoio ao desenvolvimento das bases de dados de património e acervo, destinadas à sua respectiva gestão, incluindo divulgação e acesso do público;
- apoio à instalação dos serviços e aquisição de equipamentos que qualifiquem áreas técnicas correspondentes às funções museológicas essenciais, nomeadamente reservas; áreas técnicas complementares; laboratório de conservação e restauro e Centro de Documentação e Informação
- apoio à qualificação e renovação museográfica de espaços museológicos (públicos) e espaços envolventes;
- apoio na formação técnica e científica, nomeadamente em áreas de conservação, de design, de museografia e de mediação.

### **3. PROJECTOS DE QUALIFICAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO DO EMS**

O programa e os projectos preconizados pela CMS para a **INSTALAÇÃO DOS SERVIÇOS CENTRAIS E A QUALIFICAÇÃO DE NÚCLEOS MUSEOLÓGICOS** deverá estruturar-se em **duas vertentes principais**, intimamente articuladas entre si:

- A vertente de **MUSEALIZAÇÃO DA MUNDET**, com:
  - a constituição de um percurso expositivo permanente sobre a indústria da cortiça e a história da Mundet, articulado com a instalação e equipamento de espaços de exposições temporárias;
  - a programação e apresentação de exposições temporárias, com base no acervo museológico municipal – interpretação da história local e das realidades do território; ciência, indústria e tecnologia; indústria da cortiça; arte e indústria;
  - a instalação de serviços centrais do Ecomuseu na Mundet:
    - Reservas (coleções etnográficas e industriais) de acesso público condicionado;
    - Serviço de Investigação e de Programação;
    - Serviço de Conservação e Restauro (extensão);
    - Centro de Documentação e Informação;
    - Serviço Educativo (incluindo auditório);
    - Serviços de apoio logístico e administrativo.

Recuperando o antigo cais da fábrica, esta unidade museológica e de serviços disporá ainda de um **cais de embarcações tradicionais**.

- A vertente do desenvolvimento da **PROGRAMAÇÃO MUSEOLÓGICA E DOS PROJECTOS INERENTES À QUALIFICAÇÃO DOS SEGUINTEs NÚCLEOS DO ECOMUSEU, RESPECTIVOS SÍTIOS E PATRIMÓNIOS:**

- **Quinta da Trindade:**
  - Reservas (coleções arqueológicas e de azulejaria) de acesso público condicionado;
  - Serviço de Conservação e Restauro (com extensão técnica na Mundet);
  - Gabinete de Arqueologia;
  
- **Olaria Romana da Quinta do Rouxinol:**
  - Musealização do sítio arqueológico, enquadrado no meio envolvente;
  - Exposições – permanente e temporárias;
  - espaço de Reserva (extensão – acesso condicionado);
  - Centro de Informação e Documentação (extensão – espaço público);
  - espaços públicos/de Serviço Educativo;
  - espaço de Serviço de Conservação e Restauro (extensão);
  - espaços de apoio logístico e administrativo.
  
- **Moinho de Maré de Corroios:**
  - Percurso expositivo permanente, incluindo sala de moagem;
  - Sala polivalente, de actividades temporárias articuladas com a exposição permanente;
  - espaço de apoio/de Serviço Educativo;
  - espaço técnico de apoio à moagem;
  - cais de embarcações tradicionais.
  
- **Núcleo Naval de Arrentela:**
  - Exposição temporária de longa duração;
  - Oficina de construção de modelos de barcos do Tejo;
  - cais de embarcações tradicionais.

A musealização da *Mundet* será acompanhada e articulada com:

- o projecto que a Câmara Municipal pretende desenvolver para **a instalação dos Paços do Concelho numa parte da Mundet, em consonância com a programação museológica** já referida e respeitando os objectivos de protecção de património industrial;
- a **reutilização de uma área da antiga fábrica para a instalação de serviços públicos essenciais ao funcionamento do Ecomuseu e a uma dinamização turístico-cultural partilhada com outros agentes locais: restaurante, cafetaria, lojas e ateliers** (articulando assim, numa perspectiva integrada, a qualificação de espaços museológicos com a preservação de património industrial).
- **A VERTENTE DO CIRCUITO DE PATRIMÓNIO INDUSTRIAL NO CONCELHO DO SEIXAL**, a abranger a programação e o tratamento museológico necessários à interpretação, valorização e difusão de acervos industriais móveis, de património imóvel e de sítios representativos da industrialização, da história da indústria e da história social, do Concelho, da região e do país:
  - **Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços (Corroios)/circuito da pólvora negra em actividade (energia a vapor, século XIX-XX);**
  - **Siderurgia Nacional-Alto Forno, na Aldeia de Paio Pires (século XX – desactivação prevista para Março de 2001);**
  - **Lagar de Azeite do Pinhalzinho, na Aldeia de Paio Pires (1ª metade século XX - moinho de galgas/energia a sangue e prensa de parafuso e sarilho) e Lagar de Azeite da Cooperativa Agrícola de Almada e Seixal, no Fogueteiro/Amora (meados do século – galgas eléctricas e prensas hidráulicas);**
  - **Armazéns das Secas de Bacalhau e estruturas marítimas da Ponta dos Corvos (século XX);**
  - **Forno de Cal da Azinheira, Seixal (século XIX-XX).**

A implementação destes projectos e o aprofundamento da programação referente aos sítios/património imóvel e aos acervos móveis industriais poderão dar pertinência a que se destaque esta vertente do desenvolvimento do Ecomuseu Municipal do Seixal, conferindo eventual sentido a que se reavaliem formas de gestão e de funcionamento e

que se antevejam outras possíveis configurações programáticas, no quadro museológico local e regional.

### 3.1. MUSEALIZAÇÃO DA MUNDET, INSTALAÇÃO DOS SERVIÇOS CENTRAIS E QUALIFICAÇÃO DE ACTUAIS NÚCLEOS

#### 3.1.1. MUNDET

A partir de finais do século XIX a Margem Sul do Estuário do Tejo tornou-se um importante pólo de desenvolvimento da indústria corticeira portuguesa. O concelho do Seixal, bem como os de Almada, Barreiro e Montijo, assumiram um papel particularmente relevante nesta industrialização, em virtude de ocuparem uma posição privilegiada, próximo das principais áreas de implantação do sobreiro, beneficiar da existência de mão-de-obra abundante e de grande proximidade das instalações portuárias de Lisboa. Neste processo foi de maior importância a intervenção de grandes empresas estrangeiras, não só detentoras de capitais como de conhecimentos tecnológicos na área da transformação da cortiça, os quais foram por esta forma introduzidos em Portugal, provenientes ou através, por exemplo, dos EUA, de Inglaterra ou de Espanha.

Em 1917 as fábricas de cortiça em Portugal, que constavam do inquérito industrial, eram 218, espalhadas por 24 distritos. O Seixal era já importante pela concentração de mão-de-obra. Em 1930, das 432 fábricas de cortiça portuguesa, 111 localizavam-se no distrito de Setúbal, 3 delas no Seixal, mas detendo uma elevada percentagem do total trabalhadores corticeiros. O distrito detinha, por exemplo, em 1938, o primeiro lugar na capacidade das caldeiras de cozer cortiça. Em 1943, acolhia 36% das fábricas de cortiça do país – ou seja 302, num total de 840 -, com 48,8% dos operários do sector – isto é, 9125 de um total de 18704.<sup>1</sup>

A firma *L. Mundet & Sons* instalou-se na Quinta dos Franceses, lugar da vila sede do concelho do Seixal, em 1905, sabendo-se que em 1907 já exportava rolhas de cortiça. Em 1917, já como *L. Mundet & Son, Ic.* esta firma abriu uma segunda fábrica no concelho, em Amora (que laboraria até 1964). A firma expandiu-se também, em Portugal, pelas localidades do Montijo – cuja fábrica encerrou praticamente em simultâneo com a do Seixal – e, no Alentejo, por Mora e Ponte do Sor, cujas fábricas encerraram na década de 60. No estrangeiro, a organização *Mundet* teve diversas fábricas e/ou depósitos instalados.

O maior incremento da indústria corticeira no Seixal deu-se entre a primeira década e os anos 40 do nosso século. Depois disso e embora decrescendo em número de trabalhadores, algumas fábricas, entre as quais se inclui a *Mundet* continuaram a afirmar-se, mundialmente, pela qualidade e pela diversidade dos seus produtos, tanto do sector rolheiro, como dos aglomerados e decorativos.

Em fase de crescimento a *Mundet* concentrava elevado número de trabalhadores. Quando a empresa era reconhecida como a maior do mundo no seu ramo – abrangendo fábricas em Portugal e no estrangeiro e exportando para todos os continentes – as suas fábricas no concelho (no Seixal e

---

<sup>1</sup> Síntese de dados recolhidos em Hernâni de Barros Bernardo, *Localização da Indústria Corticeira em Portugal – questões geográficas I*, separata da Revista Indústria Portuguesa, ano 18º nº 213, Nov. 1945 e em *Boletins da Junta Nacional de Cortiça*.

em Amora) tinham 3000 operários, em 1940 (cerca de 1/3 do total de trabalhadores da indústria da cortiça no distrito de Setúbal e cerca de 15% do total de trabalhadores a nível nacional) e mais de 4000 trabalhadores tinha a fábrica do Seixal, em 1947.

Em nenhum outro sítio ocorreu o tipo de estrutura fabril do Seixal. Apenas o Montijo excedeu o Seixal em concentração de operariado, com a significativa diferença que o Seixal tinha um número restrito de grandes fábricas de indústria transformadora, enquanto no Montijo se verificava uma autêntica pulverização de unidades de níveis inferiores, em todos os ramos de fabrico.”<sup>2</sup>

O distrito de Setúbal polarizou, por um largo período, praticamente até à década de 70, a grande, a média e a pequena indústria corticeira em Portugal, com a respectiva concentração de mão-de-obra, quer deslocada de outras actividades – ou do próprio concelho, ou do distrito, ou de outras regiões do país -, quer devida à circulação de trabalhadores corticeiros.

A salvaguarda do espólio que a empresa *Mundet* concentrou no Seixal, nas dimensões arquitectónica, técnica, arquivística e social, permitirá pôr à disposição dos investigadores, faseadamente, importantes fontes de estudo, dada a relevância que esta fábrica assumiu não só na vida da empresa, como no mundo ligado à produção, transformação e aplicação da cortiça, ao longo do século XX.

Como é sabido, a indústria corticeira reparte-se em indústria preparadora e em indústria transformadora. Sendo esta segunda sequência da primeira, estão ambas frequentemente associadas em termos de espaços e da instalação e organização de unidades fabris. Na indústria transformadora – em que mais se reflectem as novas tecnologias aplicadas à cortiça -, a matéria-prima vai desde a cortiça virgem, a prancha, as aparas e o refugo, até aos triturados e ao pó de cortiça, incluindo granulados e quadros de cortiça, que são considerados produtos semi-manufacturados. A indústria transformadora abrange três sub-sectores principais: o rolheiro (ou dos vedantes), o dos decorativos e o diversificado sub-sector dos aglomerados. Pois no espólio da *Mundet* do Seixal todos esses aspectos estão mais ou menos representados.

Na *Mundet* do Seixal, estamos perante um caso em que a própria comunidade conferiu valor patrimonial à fábrica, relacionando a importância da indústria corticeira e da empresa com o desenvolvimento do Seixal, reconhecendo e relatando - com espontaneidade, mas com notável clareza - as repercussões do crescimento económico aos vários níveis: político, social e cultural. Os conflitos gerados ao longo da história da fábrica e em função do peso que o quotidiano da empresa teve, durante quase um século, nos quotidianos das famílias locais, surgem-nos, nas memórias, num processo de sucessivas mudanças em que se incorporaram os tempos da industrialização acentuada, da lenta decadência, das lutas pela gestão operária e finalmente da irremediável desindustrialização.

À contextualização da antiga fábrica no espaço e no tempo social, junta-se, como outra evidência,

---

<sup>2</sup> V. Graça Filipe, “Breve abordagem à indústria da cortiça no Concelho do Seixal”, in *Al-madan*. IIª série nº 1, Dez. 1992, p. 64.

o seu lugar no contexto económico - em função do contextos geográfico e urbano. Ora, é deste complexo de situações que emerge, qualquer que seja a posição que se tome sobre ele, o valor que este património industrial assume no desenvolvimento local.

A par da importância de salvaguardar o património industrial corticeiro, tornando-o objecto de intervenção museológica, a perspectiva de um desenvolvimento sustentado torna pertinente a reutilização desse património, num quadro de ordenamento do território e de qualificação urbana.

Desde a sua aquisição e no âmbito da municipalização dos espaços e do património da antiga fábrica, a partir de Dezembro de 1996, uma equipa interdisciplinar do Ecomuseu passou a ocupar-se do inventário, selecção e incorporação de acervo museológico e lança as primeiras bases dum projecto de investigação indispensável à programação museológica, em parte apresentado em Abril de 2000 na Conferência Internacional sobre *Cortiça, Património Industrial e Museologia*.

Pretende-se que, lateralmente aos Paços do Concelho, a instalar também futuramente na antiga Mundet, os espaços e serviços do Ecomuseu Municipal venham a ter acesso pela frente ribeirinha, através do portão que ligava a fábrica ao cais. Este deverá ser reabilitado e constituir um dos cais das embarcações tradicionais, possibilitando a circulação e/ou acesso de visitantes entre este núcleo museológico, o Moinho de Maré de Corroios, o de Arrentela e a Ponta dos Corvos.

O futuro programa museológico para a *Mundet* deverá adaptar-se e integrar as duas vertentes já enunciadas: a instalação e equipamento funcional essencial ao Ecomuseu e a musealização de espaços correspondendo à interpretação do património industrial da *Mundet* e da indústria corticeira, com os subsequentes projectos arquitectónicos e museográficos.

Para tal, destinam-se os seguintes imóveis, numerados na respectiva planta de identificação funcional da antiga fábrica:

- Imóvel 1  
Função Original: Casa do Guarda e, no 2º e 3º piso, os escritórios da fábrica (denominados Escritórios Velhos)
- Imóveis 2 e 3  
Função Original: 1º piso com funções relacionadas com a fabricação de papel de cortiça e, no 2º e 3º piso os escritórios da fábrica (denominados Escritórios Velhos).
- Imóvel 4  
Função Original: escritórios da fábrica (denominados Escritórios Velhos).
- Imóvel 5

Função Original: no 1º piso a Casa – Forte e, no 2º piso funções relacionadas com a fabricação de papel de cortiça

- Imóveis 6, 7, 8, 9 e 10

Função Original: funções relacionadas com a fabricação de papel de cortiça. O imóvel 10, no 3º piso, albergava também escritórios (denominados Escritórios Velhos).

- Imóvel 19

Função Original: Secção de Marcação. No 1º piso situava-se o armazém de rolhas marcadas e, no 2º piso, a Marcação.

- Imóvel 19 A

Função Original: no 1º piso as máquinas de fazer lã e, no 2º piso, a produção de papel corkskin.

- Imóvel 20

Função Original: no 1º piso arrecadações e, no 2º piso, o rectificador de rolos.

- Imóvel 46

Função Original: produção de rolhas de champanhe aglomerado.

- Imóvel 47

Função Original: no 1º piso o armazém de rebaixar e, no 2º piso, a Secção de Rebaixar.

- Imóvel 48

Função Original: Balneários

- Imóvel 56

Função Original: armazém de expedição de produtos.

- Imóveis 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66 e 67

Função Original: Secções de Pintura, Electricidade, Carpintaria, Serralharia e Balneários. O imóvel 64 albergava também a Secção de Conservação e Obras, Secção Técnica e Sala de Desenho.

- Imóveis 68 e 68 A

Função Original: 2 armazéns. Um de cortiça em repouso e um de apoio à Serralharia.

- Imóvel 69

Função Original: produção de rolhas de champanhe e umas estufas existentes na fábrica.

- Imóvel 73

Função Original: Serviço de Medicina do Trabalho e um Laboratório afecto à Secção de Elastómeros.

- Imóvel 89

Função Original: Caldeiras de cozer cortiça.

- Imóvel 96

Função Original: Caldeiras Babcock. Era o edifício de produção de vapor.

Este conjunto de imóveis será sujeito a um programa museológico sistemático e a projectos de arquitectura adequados consoante os espaços públicos, semi-públicos e privados do Ecomuseu, onde se instalarão as diferentes áreas funcionais e serviços:

<b>Mundet: espaços a projectar e equipar</b>	<b>Funções e serviços a instalar</b>
Espaços públicos	Zona de entrada e de acolhimento, áreas de exposição permanente e de exposições temporárias, salas de serviço educativo e de ateliers, auditório, sala de reunião, sala de consulta de Centro de Documentação e Informação, instalações sanitárias.
	Restaurante, cafetaria e lojas (utilização independente da visita ao Ecomuseu)
Espaços semi-públicos	Zona central de acolhimento (servido de parque de estacionamento exterior), salas de apoio administrativo, sala de reunião, espaço para os <i>Amigos e Doadores</i> , gabinete de direcção, espaço de Serviço Educativo (incluindo ampla sala de recursos); espaços de investigação e de documentação (Serviço de Investigação, Serviço de Conservação e Centro de Documentação e Informação), vestiários e sanitários.
Espaços privados	Acesso técnico e logístico tipo rampa/"cais" de carga e descarga e acesso normal de pessoas, facilitando a circulação para as áreas de exposição, espaço/armazém de limpeza, sala de documentação, sala de embalagem, reservas (a merecerem um criteriosa programação e projecto), armazém/economato, espaços técnicos de conservação e restauro, salas de apoio administrativo, sala de arquivo, vestiário e sanitários.

Os espaços públicos deverão desenvolver-se a partir de um espaço de acolhimento acessível, como se referiu, pelo Largo 1º de Maio (frente ribeirinha e cais), articulando o circuito expositivo permanente com espaços de exposições temporárias, ateliers de Serviço Educativo, auditório, sala de reunião, sala de consulta de Centro de Documentação e Informação, instalações sanitárias. Deve prever-se a ligação com a zona destinada a áreas de lazer, restaurante, cafetaria, lojas.

Os imóveis 7, 8, 9, 47, 89 e 96 seriam musealizados (ou continuariam a ser preservados e valorizados) por forma a conservar os seus equipamentos produtivos, com fins de interpretação no respectivo circuito da fábrica. Deve também ser conservado o gerador (imóvel 44), não excluindo contudo, a sua deslocação para uma área de exposição.

Os espaços privados do núcleo museológico seriam articulados com os espaços públicos e semi-públicos e com acessos correspondentes às necessidades e características do núcleo sede do Ecomuseu.

O Centro de Documentação e Informação, devendo estar na proximidade do auditório, deveria ficar instalado ou agregado ao imóvel 73, para aproveitar o eixo de ligação com outras ocupações do recinto da antiga fábrica.

Os espaços semi-públicos ou com acesso controlado de públicos também devem evoluir a partir de um espaço central de acolhimento, que neste caso poderia virar-se a sul, servido de parque de estacionamento exterior. Daí irradiariam espaços de apoio administrativo, sala de reunião, espaço para os *Amigos e Doadores*, gabinete de direcção, espaço de Serviço Educativo (incluindo ampla sala de recursos); espaços de investigação e de documentação, vestiários e sanitários.

Os espaços privados, com acesso técnica e logisticamente adequado (rampa/"cais" de carga e descarga, cuidadosamente dimensionado), articulando-se e prevendo a necessária circulação com as áreas de exposição, viriam a englobar espaço de limpeza, sala de documentação, sala de embalagem, reservas (a merecerem um criteriosa programação e projecto); armazém; espaços técnicos de conservação e restauro; espaço de apoio administrativo e de arquivo, vestiário e sanitários.

Todo o projecto deve ser elaborado numa perspectiva de adaptação aos edifícios construídos, sem excluir edificações novas devidamente integradas e condicionadas pelas existentes, segundo parâmetros a definir.

Outros imóveis seriam destinados a **espaços públicos** de lazer, correspondendo a necessidades associadas e emergentes da reutilização de espaços como Paços do Concelho, da instalação de serviços museológicos e da criação da unidade museológica temática sobre a Mundet e a indústria corticeira. Para a instalação de uma **cafetaria**, de um **restaurante** e de **lojas e ateliers associados ao Ecomuseu Municipal** e ao património, atribuem-se:

- Imóvel 35  
Função Original: Armazéns.
- Imóvel 36  
Função Original: Secção de Secagem.
- Imóvel 37  
Função Original: Secção de Lavagem.
- Imóvel 38  
Função Original: Secção de Rabanear e Espaldar.
- Imóveis 39, 40, 41 e 42  
Função Original: Secção de Brocas (incluindo a Secção de Pré-Trituração) e alguns armazéns.

No entanto, o tratamento destes imóveis deve ser determinado em consonância com a utilização sócio-cultural dos restantes espaços, conservando, por exemplo, o testemunho dos equipamentos e estruturas de lavagem e de secagem de rolhas (imóveis 36 e 37).

Também a **área arborizada e de mata** deverá ser tratada e valorizada, destinada a espaço público de lazer. O Alto de D. Ana, espaço, também denominado Mata da Mundet é caracterizado pela excepcional panorâmica sobre o rio e as zonas ribeirinhas envolventes e pela cobertura vegetal de que fazem parte as seguintes espécies: Pinheiro Manso (*Pinus Pinea*); Sobreiro (*Quercus Suber*); Oliveira (*Olea Europaea*); Laranjeira (*Citrus Sinensis*); Eucalipto (*Eucaliptus Globulus*); Robinia (*Robinia Pseudoacacia*); Ciprestre e “Cedros” (respectivamente *Cupressus Sempervirens* e *Cupressus Lusitanica*); Acácias (*Acacia de Albata* e *Acacia Longifolia*); Árvores de Fruto (Nespereira, Amendoeira, Romãzeira, Damasqueiro, Macieira e Figueira); Miopóro (*Myoporum Acuminatum*); Choupo (*Populus Nigra*).

Também requer preservação, interpretação e tratamento na paisagem um dos dois núcleos de depósitos de água, o que esteve directamente relacionado com o circuito industrial da fábrica.

Correspondendo a deliberação da Câmara Municipal do Seixal, os **Paços do Concelho** tomarão lugar na Mundet, com a instalação de alguns serviços municipais, sem prejuízo de um tratamento coerente e integrador de todas as áreas da fábrica consideradas património industrial, com interesse histórico ou arquitectónico. Ser-lhe-iam reservados os imóveis:

- Imóvel 11

Função Original: funções de escolha e armazenagem de rolhas (escolhida e por escolher)

- Imóveis 12, 13 e 14

Função Original: Loja, Messe, Cozinha e Refeitórios. No imóvel 14 funcionou até meados do século XX a *Sopa dos Pobres*

- Imóveis 15 e 17

Função Original: Armazéns

- Imóveis 16 e 18

Função Original: funções relacionadas com a produção e escolha de discos.

- Imóveis 23 e 24

Função Original: no 2º piso a produção de discos de aglomerado. O imóvel 23 tinha no 1º piso a Secção de Esterilização e, o imóvel 24, a Secção de Parafinação.

- Imóvel 25

Função Original: Armazém de rolhas

- Imóveis 26 e 27

Função Original: no 1º piso, armazéns de cortiça em repouso. No 2º piso o imóvel 26 albergava a Secção de Pinturas Decorativas e, o imóvel 27, a Secção de Especialidades.

- Imóvel 29

Função Original: novas linhas de produção de papel corkskin.

Finalmente, não só prosseguirá a instalação na *Mundet* da **Escola de Segunda Oportunidade**, no âmbito de projecto desenvolvido com a Comissão Europeia, nos imóveis 84 e 75, tratando o espaço envolvente (imóveis 74, 76 e 77), como também se prevê o desenvolvimento do projecto de criação e instalação dum pólo universitário da **Universidade Aberta**, mas esta em área não edificada da antiga fábrica.

### **3.1.2. QUINTA DA TRINDADE**

Os imóveis classificados foram objecto de levantamento arquitectónico e a CMS procedeu a obras de reabilitação da cobertura no imóvel principal.

A Quinta carece ainda de investigação histórica, nomeadamente sobre o período de ocupação desde meados do século XIX. Qualquer intervenção no espaço terá de ser acompanhada do ponto de vista arqueológico.

Após conclusão de processo de delimitação de zona atribuível ao Ecomuseu, este núcleo museológico requer a programação adequada à instalação de:

- Reservas (colecções arqueológicas e de azulejaria) de acesso público condicionado;
- Serviço de Conservação e Restauro (com extensão técnica na Mundet);
- Gabinete de Arqueologia.

Actualmente, os espaços acolhem, dispersamente e ainda sem as condições exigíveis às reservas museológicas, uma grande parte das colecções móveis e o espólio arqueológico.

São necessários perto de 5000 m<sup>2</sup> de área técnica, sendo um quinto para os materiais arqueológicos.

A programação deverá conciliar a reutilização com a interpretação do sítio e dos espaços interiores e exteriores.

### 3.1.3. OLARIA ROMANA DA QUINTA DO ROUXINOL

O trabalho de programação deste núcleo museológico deu lugar a um documento de base, de 1998, genericamente aprovado pela CMS e em que se apoia a elaboração do projecto de arquitectura para valorização do sítio e estruturas arqueológicas. Esse documento destaca os pressupostos essenciais da musealização.

#### **Apresentação do sítio arqueológico**

Propriedade agrícola completamente urbanizada em inícios da década de 80, a Quinta do Rouxinol localiza-se na freguesia de Corroios e é actualmente propriedade municipal em toda a zona que limita a Norte um dos esteiros do rio Tejo.

Segundo informações orais, datam dos anos 60 os primeiros achados de espólio romano neste local, uma vez que se terão encontrado algumas ânforas durante a construção da Central de Captação de Águas do Rouxinol.

Alertados por estas indicações, os serviços do Ecomuseu Municipal do Seixal realizaram prospecções de superfície nos anos de 1982 e 1983 e recolheram mais alguns indícios de eventual funcionamento de uma olaria neste local, justificando-se assim a sua inclusão no projecto de investigação regional *Ocupação Romana na Margem Esquerda do Estuário do Tejo*, desencadeado a partir de 1985 com a participação da Câmara Municipal do Seixal e, ainda, das de Alcochete, Almada e Benavente e tendo o Centro de Arqueologia de Almada como entidade coordenadora. Para além da escavação na Quinta do Rouxinol, este projecto envolveu trabalhos de campo na fábrica de salga de peixe de Cacilhas (Almada) e nas olarias do Porto dos Cacos (Alcochete) e Qt.<sup>a</sup> da Garrocheira (Benavente).

A realização de obras de saneamento básico em 1986, antecipou-se, porém, a qualquer intervenção arqueológica planeada no âmbito daquele projecto de investigação, tendo o seu acompanhamento levado à descoberta dos vestígios de um primeiro forno, achado que, pela sua importância, motivou deliberação da Câmara Municipal do Seixal no sentido da conservação *in situ* da estrutura, viabilizando desse modo a realização das campanhas de escavação que vieram a desenvolver-se até 1991 (sob a direcção de Ana Luisa C. Duarte e Jorge Raposo e com o apoio do Centro de Arqueologia de Almada).

Sintetizando os resultados obtidos, refira-se que se detectaram dois fornos (e vestígios de um eventual terceiro) de produção de loiça doméstica e ânforas destinadas ao transporte de preparados piscícolas. Muito próximo, duas fossas abertas na areia de base atestavam a rejeição de diverso material durante o processo de fabrico, encontrando-se repletas de espólio cerâmico (muitas vezes com formas completas ou quase), junto a troncos (cortados a machado) e pequenos ramos de pinheiro em excelente estado de conservação que não terão chegado a ser utilizados como fonte de alimentação da cozedura. No seu conjunto, este espólio constitui uma das mais importantes colecções de cerâmica romana do nosso país, ilustrando profusamente o papel que esta olaria terá desempenhado, entre os finais do séc. II e as primeiras décadas do séc. IV, no abastecimento local, a *Olisipo* (Lisboa) e aos vários centros conserveiros da região.

Primeira estrutura deste tipo identificada em todo o estuário do Tejo, a olaria da Quinta do Rouxinol (bem como a que veio a ser posteriormente localizada no Porto dos Cacos) alterou radicalmente o conhecimento que se tinha da ocupação desta zona na época, assumindo assim grande importância nacional e, até, internacional, uma vez que o estudo do seu espólio contribui também para a compreensão das relações comerciais no império romano, sobretudo as que respeitam ao comércio a longa distância.

Em 1992, essa importância foi, aliás, oficialmente reconhecida ao mais alto nível, através da classificação como Monumento Nacional (Dec. 26-A/92, de 1 de Junho), por proposta da Câmara Municipal do Seixal.

Todo o espólio exumado neste local deu entrada nas colecções do Ecomuseu Municipal do Seixal, empenhando-se a sua equipa técnica nas tarefas de limpeza, marcação, registo, classificação e acondicionamento, bem como em intervenções pontuais de conservação e/ou restauro sobre exemplares em que tal se justifica, quer pelo estado de degradação, quer pelas necessidades da investigação ou potencialidades didácticas que permita explorar. Algumas das peças mais significativas encontram-se expostas no núcleo sede do Ecomuseu Municipal do Seixal, tendo circulado igualmente por iniciativas diversas de carácter temporário.

Para além disso, uma amostra da produção desta olaria (constituída por mais de uma centena de fragmentos), é presentemente objecto de investigação por parte de

uma equipa do Instituto Tecnológico e Nuclear, que desenvolve um programa pioneiro no nosso país e com largas ramificações internacionais, precisando uma metodologia para caracterização química das pastas cerâmicas, factor relevante para uma correcta definição de proveniências e circuitos de comercialização.

No âmbito da investigação, refira-se ainda que o local motivou a apresentação de comunicações em várias reuniões de carácter científico, dispondo já de bibliografia assinalável, à qual se devem juntar ainda as múltiplas referências em textos de autores que se dedicam à temática da romanização, no território português ou no contexto mais geral do império.

O sítio e o espólio aí recolhido envolvem ainda potencialidades de investigação que justificam a intensificação de um programa de trabalho em curso, que outras prioridades nem sempre têm permitido desenvolver — envolvendo a continuação do estudo e publicação do espólio cerâmico, a caracterização química das pastas, a datação directa dos fornos, escavações pontuais, monitorização e conservação das estruturas, organização e informatização dos registos, produção de uma monografia e de materiais de divulgação, etc.

Desde os primeiros trabalhos realizados no local, a olaria Quinta do Rouxinol foi integrada no percurso de visitas guiadas do Ecomuseu Municipal, tendo recebido milhares de visitantes/ano, especialmente população escolar. A preparação de fichas pedagógicas propiciou igualmente a realização de acções especialmente dirigidas a jovens dos vários graus de ensino.

Na sequência da decisão de manutenção dos fornos *in situ*, encetaram-se algumas acções de conservação e tratamento, nomeadamente a sua limpeza, impermeabilização horizontal e consolidação (apenas concluída num deles, realizadas por uma equipa do Centro de Arqueologia de Almada), ao mesmo tempo que se vedava e cobria parcialmente a área arqueológica com uma estrutura provisória, até à definição de um programa geral de valorização do sítio, a enquadrar no Parque Histórico-Natural que a Câmara Municipal do Seixal projecta para a zona e na estratégia de desenvolvimento do Ecomuseu Municipal — a autarquia tem presentemente em fase de concurso a execução da primeira

fase do referido Parque, que se desenvolverá até às imediações da zona arqueológica.

Infelizmente, o desenvolvimento deste processo não atingiu o ritmo previsto, pelo que a referida cobertura está já montada há cerca de uma década (circunstância agravada pelo facto de reaproveitar parcialmente algum material anteriormente utilizado noutros locais), apresentando fortes problemas de infiltração de águas. A vedação, apesar da regular manutenção dos serviços municipais, foi também sendo sucessivamente vandalizada e nem a sua envoltória por uma outra, que, em 1996, veio a delimitar toda a área entre a Central de Captação de Águas do Rouxinol e a ETAR da Qt.<sup>a</sup> da Bomba, permitiu colmatar a evidente falta de guardaria e segurança do local.

Assim sendo, a degradação dos fornos impôs a necessidade de cobertura de uma dessas estruturas, em 1994, e, dois anos depois, de toda a zona escavada, inviabilizando desde então qualquer exploração pedagógica e frustrando os desejos de visita de muitos interessados.

Atendendo a que a Câmara Municipal do Seixal prevê concretizar em breve mais uma fase de instalação do citado Parque Histórico-Natural, abrangendo a área entre o Moinho de Maré de Corroios e as imediações da olaria da Quinta do Rouxinol, e considerando o facto de esta, como se disse, estar classificada como Monumento Nacional, encetaram-se em 1997 contactos com a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, entidade que se disponibilizou para elaborar projecto de arquitectura que materialize um programa de valorização e enquadramento urbano do sítio.

### **Objectivos gerais do programa museológico**

Um programa de valorização da olaria romana da Quinta do Rouxinol deve atender a quatro princípios orientadores fundamentais: o respeito pela ruína e a “musealização” da intervenção arqueológica que sobre ela incidiu; o enquadramento e ligação da olaria com o meio envolvente; a criação de um espaço expositivo de carácter monográfico, mas também de divulgação das iniciativas autárquicas na área da arqueologia; a instalação de recursos interactivos ligados à produção de cerâmica.

Considera-se que toda a intervenção no local deve ter por princípio básico o respeito pela ruína, valorizando-a sem coarctar as suas potencialidades de diálogo pluridimensional com públicos diversificados, que assim poderão fruir a seu modo a memória de outros homens que habitaram o mesmo espaço num outro tempo. A intervenção a realizar deverá assim assumir a ruína como ruína, respeitando o espaço e enquadramento que lhe permitam exprimir toda a sua carga simbólica, numa perspectiva criativa mas “minimalista”, sem concessões ao nível de um “esteticismo” artificial que desvirtue todo o contexto.

Por outro lado, a própria escavação arqueológica deixou no terreno marcas eloquentes do processo deposicional que séculos e diferentes usos aqui propiciaram, num registo estratigráfico que, para além disso, ilustra ainda a metodologia específica da Arqueologia de campo. Com eventuais e ligeiras adaptações, o espaço deverá, pois, manter o aspecto que resultou da sua escavação, mediante a consolidação e manutenção de estruturas, planos e cortes estratigráficos.

O exposto no último parágrafo implica que a zona a musealizar (isto é, a integrar, a incorporar na estrutura territorial e funcional do Ecomuseu) compreenda não só a área actualmente coberta, mas também uma outra faixa que se prolonga na direcção das margens do esteiro do Tejo, onde se detectou uma profunda fossa de despejo de materiais rejeitados durante a produção, presentemente tapada, mas que a investigação do sítio justifica se escave completamente e reconstitua no circuito de visitas.

Implica ainda que a zona delimitada tenha acesso condicionado e que o trajecto que a atravessa — estudado em função dos principais pontos de observação, mas também da integração nos circuitos pedonais que liguem à envolvente do Moinho de Maré de Corroios e ao núcleo museológico monográfico — se processe em sistema do tipo “passadiço”, eventualmente sobreelevado e com possibilidade de aplicação criteriosa de painéis e outra informação de exterior.

Um dos aspectos fundamentais a preservar no projecto que se propõe é o do enquadramento das ruínas no meio físico envolvente. De facto, não é por acaso que a olaria se situa nas margens de um dos esteiros do rio, que assim funcionava como principal via de acesso das matérias-primas e de escoamento da produção, nem numa zona onde essas mesmas matérias-primas eram abundantes e fáceis de

obter. É assim condição básica que toda a intervenção pressuponha uma efectiva ligação ao rio e um enfoque na abundância da lenha e da água, explorando visualmente a zona de pinhal que ainda é possível observar da Quinta do Rouxinol, bem como o poço/mina que aí se mantém.

Por outro lado, a olaria situa-se numa zona de sapal, de características únicas do ponto de vista da flora e da fauna, pelo que se deve optar por uma intervenção pouco marcante e que não inviabilize outras acções de carácter ambiental ou no âmbito do Património Natural.

As rotas de circulação devem assim ser criteriosamente estabelecidas, prevendo circuitos integrados entre a área arqueológica e outros espaços, como, por exemplo, o Moinho de Maré de Corroios e a zona anexa à central de captação da águas do Rouxinol, onde se prevê a instalação de uma cafetaria, ou a simples fruição desta zona ribeirinha.

Todo o espaço exterior deverá contemplar uma sinalética, iluminação e mobiliário urbano adequados, que conjuguem o respeito pelos princípios anteriormente definidos com as vertentes do lazer e da informação aos seus utilizadores.

Tanto quanto possível, o tratamento da zona a intervencionar deverá atender à manutenção da vegetação nativa ou de algum modo relacionada com a actividade oleira.

Como é natural, terá de contemplar-se a segurança e guardaria de toda a zona, bem como a instalação de sanitários públicos de exterior, nas imediações das ruínas e, também, do espaço de olaria tradicional.

Como complemento dos vestígios materiais que é possível observar na Quinta do Rouxinol, propõe-se a instalação de um polo museológico monográfico, que se enquadre na estrutura polinucleada do Ecomuseu Municipal do Seixal e funcione simultaneamente como centro de informação e divulgação arqueológica, quer no âmbito das actividades nesse campo desenvolvidas pela autarquia, quer no plano disciplinar mais geral.

Sendo desejável a possibilidade de acesso pelas ruínas e directamente pela Rua do Rouxinol, este pólo deverá contar com as seguintes **actividades e áreas funcionais**:

**-Exposições – permanente e temporárias;**

- espaço de Reserva (extensão – acesso condicionado);**
- Centro de Informação e Documentação (extensão – espaço público);**
- espaços públicos/de Serviço Educativo;**
- espaço de Serviço de Conservação e Restauro (extensão);**
- espaços de apoio logístico e administrativo (extensão);**

Para este núcleo museológico e atendendo à dinâmica de iniciativas que o mesmo deverá gerar, também se propõe a instalação de **outros recursos relacionados com a produção de cerâmica**, que transformem o espaço numa zona interactiva apelativa à participação dos seus utilizadores, atendendo a que se insere numa área densamente habitada e com poucas alternativas lúdicas e culturais; para além disso, está na proximidade de um conjunto de estabelecimentos de ensino, que vai do ensino primário ao secundário, permitindo a exploração de programas comuns de integração escola-meio.

Assim, em ligação directa com as ruínas e o núcleo museológico, mas também com possibilidade de exploração autónoma, contemplam-se:

- a instalação de um atelier de produção de miniaturas e réplicas de peças arqueológicas, utilizando o forno eléctrico de que a autarquia já dispõe no local. Assim se daria continuidade à actual utilização deste equipamento pelo Centro de Arqueologia de Almada, que poderia aí manter a sua produção de miniaturas de ânforas e outro espólio arqueológico, procurando-se garantir que o protocolo existente entre a autarquia e essa associação passasse a prever a rentabilização pedagógica desse trabalho (com possibilidade de visitas e observação em horários planeados), bem como o apoio a iniciativas pedagógicas do serviço educativo do Ecomuseu na área da produção e cozedura de materiais cerâmicos, com recurso às tecnologias modernas.
- a criação de um espaço de olaria tradicional, onde seja possível realizar desde a preparação da matéria-prima, ao trabalho da roda, à secagem e à cozedura das peças. A organização desta zona carece de um estudo de pormenor que reconstitua a funcionalidade deste tipo de instalações, contemplando a construção de um forno a lenha e a possibilidade de exploração de diversas outras técnicas da olaria tradicional.

- atendendo a que, juntamente com a lenha, a água é um elemento fundamental para este tipo de actividade, o enquadramento desta área deveria contemplar a manutenção e eventual recuperação do poço/mina de água que servia a antiga Quinta do Rouxinol..

Descrevem-se e quantificam-se de seguida os espaços previstos, as funções e serviços a instalar:

Área funcional	Funcionários	Área
<b>Recepção/atendimento/loja:</b> zona de entrada dos utilizadores e ponto de ligação aos restantes espaços (públicos, semi-públicos e de serviços), com posto de atendimento e informação e área de exposição/venda de materiais produzidos ou comercializados pelo Ecomuseu. Deverá contemplar espaço de bengaleiro para depósito de mochilas e outros adereços.	2	50 m <sup>2</sup>
<b>Sala de exposição “permanente”:</b> local de exibição de exposições monográficas de carácter plurianual, destinadas a explorar diferentes perspectivas de abordagem da olaria romana e das colecções aí recolhidas.	-	100 m <sup>2</sup>
<b>Sala de exposições temporárias:</b> espaço para exposições e mostras de curta duração relacionadas com actividades municipais na área da Arqueologia, e também como apoio à itinerância de trabalhos de temática semelhante produzidos por outras instituições ou investigadores.	-	100 m <sup>2</sup>
<b>Auditório:</b> sala polivalente para pequenas acções de animação audiovisual, colóquios e conferências (máximo de 50 pessoas).	-	100 m <sup>2</sup>
<b>Serviço educativo (extensão):</b> sala polivalente para pequenas acções de formação ou desenvolvimento de iniciativas pedagógicas e/ou lúdicas (máximo de 30 pessoas). Deverá dispor de zona com água e saneamento (lavatório).	2	50 m <sup>2</sup>
<b>Centro de documentação e informação (extensão):</b> espaço de funções múltiplas, onde os utilizadores tenham acesso a informação multimédia e a bases de dados dos serviços centrais do Ecomuseu, bem como a materiais específicos do núcleo do Rouxinol e outros produtos informativos e/ou lúdicos relacionados com a temática da Arqueologia (máximo de 10 utilizadores simultâneos).	2	50 m <sup>2</sup>
<b>Serviço de conservação (extensão):</b> sala/oficina de manutenção, destinada armazenamento das ferramentas indispensáveis à periódica manutenção da olaria e do núcleo e ao apoio de pequenos trabalhos de conservação <i>in situ</i> .	2	50 m <sup>2</sup>
<b>Sala de gestão e apoio administrativo:</b> gabinete de trabalho para apoio à gestão do núcleo.	2	20 m <sup>2</sup>
<b>Armazém:</b> espaço de economato para utilização dos serviços e arrecadação de materiais diversos relacionados com a higiene e limpeza de todo o núcleo.	-	30 m <sup>2</sup>
<b>Sala de serviço:</b> sala para uso dos funcionários, dotada de água e saneamento (lavatório).	-	20 m <sup>2</sup>
<b>Sanitários:</b> sanitários públicos e de uso reservado aos serviços, neste último caso com incorporação de zona para vestiário e duche.	-	50 m <sup>2</sup>
<b>TOTAL</b>		<b>620 m<sup>2</sup></b>

A implantação deste núcleo deverá adaptar-se aos acidentes topográficos da zona, de modo a garantir uma presença pouco intrusiva.

O núcleo deverá ser complementado com os seguintes recursos relacionados com a produção de cerâmica que rentabilizem as potencialidades educativas e pedagógicas do espaço:

<b>Recursos complementares</b>	<b>Funcionários</b>	<b>Área</b>
<b>Atelier de produção de miniaturas e réplicas de peças arqueológicas</b> , utilizando o forno eléctrico de que a autarquia já dispõe no local para, em colaboração com o Centro de Arqueologia de Almada, dinamizar iniciativas pedagógicas na área da produção de materiais cerâmicos com recurso às tecnologias modernas (máximo de 12 utilizadores). Pelas suas características, esta área deverá ter uma forte ligação funcional com as extensões dos serviços educativo e de conservação instaladas no núcleo.	2	50 m <sup>2</sup>
<b>Espaço de olaria tradicional</b> , onde seja possível realizar desde a preparação da matéria-prima, ao trabalho da roda, à secagem e à cozedura das peças. A organização desta zona carece de um estudo de pormenor que reconstitua a funcionalidade deste tipo de instalações, contemplando a construção de um forno a lenha e a possibilidade de exploração de diversas outras técnicas da olaria tradicional.	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>50 m<sup>2</sup></b>

### **3.1.4. MOINHO DE MARÉ DE CORROIOS**

Este núcleo deverá inserir-se e articular-se no **circuito museológico industrial**. A sua programação inclui:

- Percurso expositivo permanente, incluindo sala de moagem;**
- Sala polivalente, de actividades temporárias articuladas com a exposição permanente;**
- espaço de apoio/de Serviço Educativo;**
- espaço técnico de apoio à moagem.**

Actualmente, está a ser objecto de uma importante obra de conservação – imóvel e zona envolvente, incluindo o desassoreamento e limpeza da caldeira. No quadro deste grande intervenção, foi elaborado um **programa-síntese de requalificação museográfica e de remodelação de espaços e funções**, a ser objecto de estudo e de projecto de arquitectura.

Também se encontra em desenvolvimento o **elenco geral de conteúdos para o futuro projecto museográfico**.

### **3.1.4. NÚCLEO NAVAL DE ARRENTELA**

A requalificação deste núcleo abrange:

- **a exposição temporária de longa duração;**
- **a oficina de construção de modelos de barcos do Tejo;**
- **a envolvente ribeirinha e acesso fluvial.**

Este núcleo continuará a utilizar os espaços do antigo estaleiro de Arrentela, tendo por vocação valorizá-los através da preservação e da divulgação de memórias e de testemunhos da construção naval e da vida marítima, reportados ao concelho do Seixal - território de referência do Ecomuseu - na sua relação com o meio natural e cultural do estuário do Tejo e da região em que particularmente se insere (margem esquerda do estuário do Tejo). Pretende-se assumir um compromisso entre a abrangência territorial de nível concelhio e a abrangência territorial do estuário do Tejo, explorando uma relação indispensável no processo interpretativo em causa., tendo como principais

**objectivos:**

- O desenvolvimento de projectos e acções de investigação, documentação, conservação, interpretação e divulgação de testemunhos da história regional e local e do património flúvio-marítimo;
- A promoção e o aprofundamento dos diálogos/comunicação com sectores da população/comunidades locais interessadas na área naval e no património marítimo (quer ao nível de memórias, quer ao nível da sua projecção actual);
- A articulação programática e de planificação de actividades com as embarcações tradicionais;
- A interactividade com o espaço urbano, do ponto de vista do planeamento e da gestão de infraestruturas.

A programação de exposições deste núcleo assenta nas seguintes colecções:

- Colecção de modelos de barcos tradicionais do Tejo
- Instrumentos de construção naval
- Fotografias contemporâneas às embarcações a navegarem no rio
- Objectos ligados à vida marítima e à história das embarcações tradicionais e às profissões ligadas aos barcos/ao rio.

O programa museológico visa articular as diversas componentes espaciais, por um lado, e, mantendo como fio condutor a transmissão de técnicas, memórias e saberes ligados às actividades marítimas e à construção naval visa, por outro lado, garantir a flexibilidade necessária à renovação de conteúdos e de exposições temporárias.

Assim, a oficina de construção de modelos de barcos passará a condicionar, tanto como a história do sítio e a paisagem envolvente, a selecção de conteúdos específicos da exposição/das exposições - de carácter temporário - a programar e a projectar para o respectivo pavilhão.

Entre os **conteúdos** a seleccionar futuramente, apontam-se:

- a) A memória do sítio (povoação ribeirinha e estaleiro naval artesanal de Arrentela), ligado à história da povoação, ao longo de sucessivos períodos de ocupação, até ao actual núcleo urbano - em evidente processo de mudança - integrado na cidade do Seixal.
- b) Os portos, portinhos e cais e a comunicação fluvial no estuário do Tejo. A tradição e os factores de mudança.
- c) Os aspectos geográficos, a geologia e a ecologia da região.
- d) A história naval (dimensão local e regional e dimensão nacional), os estaleiros navais tradicionais, o seu funcionamento e a transmissão de saberes.
- e) As técnicas de construção naval, as matérias-primas, a sua preparação e os processos construtivos em madeira; a transição da madeira para o ferro na construção naval.
- f) Os tipos de embarcações construídos e que navegaram no Tejo, particularmente no seu estuário. Funções, características, origens, influências, zonas de navegação.
- g) As profissões e os quotidianos ligados ao rio.
- h) A pesca no estuário do Tejo ao longo dos tempos.

Tais conteúdos serão tratados nomeadamente na Oficina e na área de exposição, rentabilizando o mais possível a envolvente e a ligação às actividades que integrem os restantes recursos museais, particularmente as embarcações que navegam no rio.

Ter-se-á em conta a distribuição de espaços e funções de que farão parte:

- A. Área de acolhimento exterior, com atenção à importante incidência de grupos de utilizadores/visitantes.
- B. Espaço de acolhimento e recepção interior, sendo pretendido que os utilizadores/visitantes sejam dirigidos em primeiro lugar para a exposição.
- C. Exposição temporária - a evoluir a partir de um espaço de apresentação geral do Ecomuseu, que em princípio se fixará junto à recepção/acolhimento - e que deverá poder integrar um ou vários núcleos audiovisuais/eventualmente multimédia.
- D. Passagem/transição para a Oficina, onde intervêm directamente na comunicação e no processo de interpretação os “construtores”/executantes de modelos de barcos/sujeitos da transmissão e actualização de técnicas e de saberes.
- E. Um armazém de acesso vedado ao público.
- F. Um “escritório” de acesso condicionado aos utilizadores.
- G. Instalações sanitárias (junto à área de recepção).

Está em vias de concretização uma próxima **exposição temporária** - a primeira a ser apresentada no contexto da qualificação deste núcleo museológico – em que se integra:

- Maquete do antigo estaleiro artesanal, feita à escala e com pormenores identificadores da zona envolvente.
- Tratamento cenográfico do espaço que evoca a pré-existência do estaleiro artesanal, em que os edifícios eram meras estruturas de apoio às tarefas que se efectuavam eminentemente ao ar livre, na praia.
- Modelos dos diversos tipos de barcos que navegaram no estuário do Tejo - para a pesca, para transportar produtos e mercadorias, para passageiros: cerca de 20 modelos.
- Caracterização esquemática das calas de navegação do estuário e dos esteiros do Seixal/Mar da Palha e de aspectos preponderantes da fauna piscícola e ecossistemas estuarinos mais representantes no próprio concelho.

- Fotografias antigas de algumas das embarcações mais marcantes da história e da náutica do Tejo e de paisagens ribeirinhas do Concelho Fotografias do estaleiro pré-existente, na fase precedente à sua transformação em espaço museológico e de outros estaleiros vizinhos.
- Conjunto de ferramentas características da construção naval em madeira (tratamento museográfico a ponderar cuidadosamente, uma vez que se pretenderá representar o progressivo abandono da construção em madeira, em detrimento do ferro e dos novos materiais)

A exposição introduzirá o trabalho da oficina através da apresentação dos planos de recuperação e dos modelos à escala - com recurso a uma imagem actual de estaleiro - das três embarcações que o Ecomuseu conserva. Associado àquele núcleo final ou já na Oficina, apresentam-se elementos representativos dos actuais construtores navais e dos executantes das artes tradicionais da construção em madeira e das actividades subsidiárias - velas e decoração.

O projecto destinado à intervenção e arranjo interior foi elaborado pelo Arquitecto Chuva Gomes. Inclui recepção, instalações de apoio, segurança (intrusão, fogo), iluminação, rede de energia, instalação de som.

### **3.2. DINAMIZAÇÃO DO CIRCUITO MUSEOLÓGICO INDUSTRIAL**

Articulado e no prolongamento da Mundet, este circuito desenvolveria os campos temáticos das indústrias e tecnologias.

#### **3.2.1. FÁBRICA DE PÓLVORA DE VALE DE MILHAÇOS - SAP**

Mediante uma intervenção coordenada ao pormenor entre a CMS e a SAP, foi instalada no Edifício dos Carbonizadores da SAP, e aberta ao público em Abril de 2000 a exposição intitulada *Fábrica da Pólvora de Vale de Milhaços – séculos XIX e XX*, resultante da adaptação e de uma actualização de dados (mediante o conhecimento adquirido através dos trabalhadores e a pesquisa da equipa do Ecomuseu) da exposição anterior, comemorativa do centenário, que se apresentou no Moinho de Maré de Corroios/Ecomuseu Municipal do Seixal, entre Setembro de 1998 e Janeiro de 2000.

A referida intervenção foi orientada de maneira a não comprometer a autenticidade do espaço e do sítio, conservando o edifício e o seu equipamento, sem o modificar a não ser nos elementos mínimos necessários à sua apresentação ao público e à instalação da exposição.

#### **Processo de classificação – definição de espaço e de bens patrimoniais a salvaguardar**

Em 1999, a CMS, com a concordância implícita dos proprietários, elaborou e entregou ao IPPAR a proposta de classificação da fábrica – circuito da pólvora negra.

Em Maio de 2000 o IPPAR abriu o respectivo processo de classificação, dando assim enquadramento legal e obrigando as diversas partes envolvidas a um entendimento e a medidas concretas para a respectiva salvaguarda, condicionantes da musealização.

A classificação abrange um espaço industrial oportunamente delimitado em função de critérios funcionais, mas desde logo tendo em conta os objectivos de salvaguarda e de valorização, inerentes a todo o trabalho e ao projecto museológico. Denominado circuito da pólvora negra, conserva características próprias do século XIX, em que foi originalmente instalado. Integra um conjunto de edifícios e respectivos equipamentos (casa das caldeiras, casa da máquina a vapor, oficinas de trituração, de encasque nas galgas, de encasque na prensa, de granulação, de peneiração, de lustração, de pesagem e

embalagem, estufa, secador solar, paióis, armazéns de matérias-primas, serralharia, carpintaria), o sistema de transmissão de energia e o sistema de circulação de vagonas (rede de carris).

### **Principais objectivos programáticos da musealização**

#### **Desenvolvimento do programa de salvaguarda e valorização**

A experiência de muitos anos, tanto no plano empresarial, como no plano técnico, em que se conciliou o funcionamento de uma unidade industrial particularmente sensível quanto a aspectos de segurança, com a sua divulgação junto do grande público, por via da colaboração da empresa com investigadores e com o Ecomuseu Municipal, constitui-se como base essencial para a elaboração do programa museológico e para o projecto de museu.

Estamos em presença de um caso singular, a nível internacional, de património industrial preservado no seu contexto espacial e tecnológico, como de certa forma é também singular, a nível nacional, a conjugação de actuações de agentes públicos e de agentes privados e de medidas práticas para a sua preservação futura, colocando-o em condições de usufruto cultural pela comunidade e pela sociedade civil.

A conservação do património industrial da SAP é indissociável do funcionamento do circuito operatório da pólvora negra, naturalmente condicionado a padrões de segurança específicos, no contexto patrimonial e museológico, assente na manutenção dos equipamentos e no trabalho de uma equipa permanente, garantindo-se simultaneamente a transmissão de saberes inerentes àquele circuito operatório.

Em linhas gerais, o percurso até aqui percorrido decorreu e ao mesmo tempo deu fundamento à ideia e ao projecto de uma UNIDADE MUSEOLÓGICA DA FÁBRICA DA PÓLVORA DE VALE DE MILHAÇOS. Esta unidade deverá permanecer associada ao ECOMUSEU MUNICIPAL DO SEIXAL, para o qual se têm perspectivado medidas de reconfiguração futura, conforme às necessárias adaptações da programação museológica municipal, em que o património industrial deverá continuar a ser privilegiado como campo temático, dando lugar à qualificação de espaços de exposição (permanentes e temporárias) e de serviços museológicos centrais.

A programação museológica centrada no circuito da pólvora negra e a forma de gestão que se lhe atribuir, por acordo entre as várias partes envolvidas, deverão conferir à futura unidade museológica condições de auto-sustentabilidade como equipamento

cultural, sem fins lucrativos, destinado à investigação, conservação, incorporação, exibição, transmissão de saberes e educação, em prol do desenvolvimento local, da qualificação da paisagem e da valorização do meio envolvente da fábrica centenária.

O património industrial da SAP é, portanto, considerado um recurso de desenvolvimento local, preconizando-se que venha a assumir, complementarmente ao projecto museológico, um papel valorizador dos espaços envolventes em processo de urbanização, podendo-se prever a associação ou a gestão coordenada com outros projectos culturais e turísticos, de interesse municipal e nacional.

Tanto a programação como a forma de gestão desta unidade museológica deverão ser concebidas e desenvolver-se articuladamente com a estrutura municipal actualmente existente, Ecomuseu Municipal, aprofundando o modelo de integração numa rede de núcleos e/ou unidades museológicas de sítio e patrimoniais, com conteúdos e percursos expositivos sistematizados entre si, que tem por base o território do concelho do Seixal. Para além do aproveitamento integrado de serviços museológicos programados em comum ou de forma articulada, nomeadamente nas áreas da investigação e da documentação, o propósito de desenvolver a gestão em rede aposta na prestação de serviços a públicos-alvo também comuns e na promoção de itinerários patrimoniais e culturais diversificados, enriquecendo globalmente a oferta prestada a nível concelhio e regional.

Pelas razões apontadas e como uma espécie de “museu de sítio”, a futura unidade museológica deverá integrar no circuito da pólvora negra, o património humano - equipa de operadores e responsáveis pelo seu funcionamento, detentores de um saber técnico e de um saber-fazer que são parte integrante do património e do sítio industrial a preservar.

### **Definição de espaços para a conservação *in situ* do circuito da pólvora negra**

O projecto de musealização do circuito da pólvora negra, abará pois a área atrás definida para classificação, destinada a espaços visitáveis (públicos), com o apoio de meios de interpretação adequados e a espaços (semi-públicos e privados) de funcionamento de serviços.

Para a correcta execução do Inventário de Património Industrial da SAP e no âmbito da referida recuperação do edifício dos carbonizadores, foi dado início, em Janeiro de 2000, ao levantamento arquitectónico dos edifícios que formam o circuito da pólvora

negra, fornecendo também documentação indispensável para o processo de musealização do mesmo, nomeadamente no que toca ao projecto museográfico, por nos confrontarmos com uma grande lacuna documental e de arquivos sobre a própria fábrica e a empresa. Este levantamento, da responsabilidade de um arquitecto, tem sido acompanhado da elaboração de projectos à medida das necessidades pontuais de intervenção no espaço da fábrica.

O levantamento e estudo crítico dos edifícios do circuito da pólvora será portanto uma base muito importante para que se possam projectar e fundamentar todas as intervenções que se venham a preconizar no projecto de arquitectura inerente ao programa de musealização.

### **Funções museológicas associadas à conservação: investigação, interpretação e difusão**

A unidade museológica em criação deverá desenvolver, com a conservação *in situ* do circuito da pólvora, articulada com a valorização do espaço envolvente, as funções de investigação, de documentação e de difusão, ao nível de exposições, de edições e de actividades educativas e de divulgação científica e técnica, dirigidas a públicos-alvo diversificados, que basicamente se foram identificando ao longo dos anos de experiência sumariamente relatada neste memorando.

Os espaços públicos que se preconizam, com condicionantes de acesso a estudar e a definir especificamente para cada situação, corresponderão às próprias oficinas de produção e a edifícios de exposições e de apoio à interpretação da história da fábrica, das energias, das aplicações e das tecnologias ligadas à indústria da pólvora.

O Edifício dos Carbonizadores foi escolhido para acolher, numa das suas partes, o primeiro núcleo dessa exposição, a partir do qual se constituiu o “centro de interpretação” onde se acolhem os visitantes que depois percorrem parte ou todo o circuito.

Numa nova fase de intervenção, todo o edifício ficará ocupado por um núcleo expositivo de carácter permanente, contextualizando a fábrica no espaço e no tempo.

A extensão desta exposição, ocupando edifícios anexos, a subtrair à função de armazenagem de matérias-primas, incluirá ainda a reconstituição de uma secção,

exterior ao circuito da pólvora negra, que foi desmontada, mas de que se preservaram elementos suficientes para este objectivo: o rastilho

Os outros espaços de apoio necessários ao funcionamento da unidade museológica serão instalados em edifícios desactivados, tratando-os por forma a interpretar as suas funções orginais, como no caso do antigo armazém da juta.

Manter-se-ão oficinas de apoio e construir-se-ão ou adaptar-se-ão instalações sanitárias, serviços administrativos e de gestão.

Correspondendo às condicionantes previstas no processo de urbanização e loteamento dos terrenos envolventes, a fábrica/unidade museológica passará a ter acesso pelo portão antigo (e original), medida que a curto prazo se concretizará, com as devidas adequações logísticas, tanto de instalação central de guardaria, como de outras infraestruturas e de apoio logístico.

### **Equipa técnica/pessoal**

A par do futuro programa museológico, que a partir deste elenco de intenções se passará a elaborar, será fundamental manter a equipa técnica básica do circuito da pólvora e o desenvolvimento do trabalho de uma equipa interdisciplinar, abrangendo as diferentes componentes indispensáveis às funções museológicas enumeradas e à conciliação do espaço industrial com o acolhimento e a circulação de público.

### **Modelo de gestão e financiamento**

Conhecida a participação da CMS no processo de salvaguarda e de valorização do património industrial da SAP, está previsto que tal responsabilidade se prolongará no modelo de gestão em vias de se delinear no quadro da Agência de Desenvolvimento Local pré-contratualizada e em fase de constituição. A entidade promotora da unidade museológica de sítio abrangerá nas suas funções de gestão, para além do património imóvel do circuito da pólvora negra, em vias de classificação, incorporado como acervo conservado *in situ* e em funcionamento, o processo activo de transmissão do saber-fazer, materializado através de uma equipa de operadores indispensável ao funcionamento e conservação do circuito da pólvora negra. Também deverá incorporar todo o acervo móvel que possa resultar de doação, aquisição ou recolha, nomeadamente associadas ao desenvolvimento de trabalhos de investigação em curso no âmbito do Ecomuseu Municipal do Seixal e a que se reconheça pertinência face à orientação museológica delineada pelos promotores do projecto.

Ao modelo de gestão associar-se-ão evidentemente as formas de financiamento, na perspectiva de uma unidade cultural/patrimonial e museológica tendencialmente auto-sustentável, tomando mais uma vez como ponto de partida a situação precedente e actual, em que a SAP tem assumido a sua responsabilidade no processo de salvaguarda, apoiada pela CMS em diversas iniciativas de índole patrimonial e museológica.

### 3.2.2. RESTANTE CIRCUITO

Atendendo aos projectos e aos recursos - acervos móveis e património imóvel - que se crê pertinente integrar num sistema museológico municipal, deverão desenvolver-se programações específicas, com enquadramentos num mesmo circuito interpretativo industrial e tecnológico:

- o Lagar de azeite (prensa de parafuso e sarilho) do Pinhalzinho e o Lagar de azeite (prensas hidráulicas) do Fogueteiro/CAAS (ex-Grémio de Lavoura)
  
- o Forno de cal de Azinheira, no Seixal;
  
- o Alto Forno da Siderurgia Nacional, na Aldeia de Paio Pires;
  
- espaços das antigas secas de bacalhau da Ponta dos Corvos.

A programação museológica dos **Lagares de Azeite** assenta no inventário de património industrial já efectuado em ambos pelo Ecomuseu. As exposições a instalar nos espaços do Pinhalzinho/Aldeia de Paio Pires e do Fogueteiro terão carácter monográfico e serão tematicamente complementares, apoiadas na refuncionalização parcial dos equipamentos, por forma a interpretar e dar a conhecer as técnicas e as fases tecnológicas e históricas que respectivamente representam.

No caso da **Ponta dos Corvos**, preconizamos o desenvolvimento de um programa turístico-cultural – **espaços e equipamentos de restauração, de acolhimento e de lazer e de actividades náuticas desportivas e de recreio** – aproveitando toda a linha de muralha que serviu as secas de bacalhau e as respectivas estruturas de acostagem e de desembarque; limpando e reabilitando a zona de navegação; projectando a reabilitação e/ou a reconstrução na zona edificada nascente.

Quanto ao programa museológico, a enquadrar no Ecomuseu Municipal, em parceria com outras entidades e com a iniciativa privada, o mesmo poderia abranger:

- interpretação do sítio e da ocupação humana do sítio em geral/Ponta dos Corvos; observação, interpretação e valorização da envolvente natural e urbana (nomeadamente núcleo urbano antigo do Seixal);

- pequeno porto de embarcações tradicionais e históricas, quer para barcos do acervo museológico municipal, quer de pessoas e entidades públicas ou privadas;
- cais e instalações de apoio e de promoção da construção naval tradicional e das técnicas artesanais; exibição de barcos em seco; embarque e desembarque das embarcações tradicionais da CMS/Ecomuseu –recuperação e reutilização de um imóvel da antiga seca;
- exposição permanente sobre a temática do património industrial – secas de bacalhau, moinhos de maré – da pesca e do património náutico – reutilização de um imóvel da antiga seca.

O projecto deveria ser complementado com a criação, por entidades privadas, de ateliers-lojas de artigos náuticos e de marinharia – reutilização de um imóvel da antiga seca – e de um restaurante temático e espaços de apoio – reutilização de um imóvel da antiga seca.

Globalmente, a Ponta dos Corvos poderia vir a constituir um *centro náutico* de características excepcionais. Deveriam continuar a contemplar-se utilizações de diversas entidades locais – clubes de património, associações navais e mesmo clubes – desenvolvendo organizada e estruturadamente, com financiamentos adequados e de proveniências diversas, os respectivos projectos e infraestruturas.

A fábrica da **Siderurgia Nacional-Serviços, em Aldeia de Paio Pires**, em funcionamento desde 1961, tem o chamado processo de via integrada, no qual os minérios são reduzidos no Alto Forno, onde é obtida a gusa, destinada à produção do aço, depois de tratamento e afinação na aciaria. O funcionamento do Alto Forno da Siderurgia Nacional-Serviços suspender-se-á definitivamente em Março de 2001.

A partir do Inventário de Património Industrial em realização na fábrica desde Abril de 1999, ganhou progressiva consistência e pertinência a necessidade de elaboração dum programa de intenções para a protecção e musealização do importante património siderúrgico, com um projecto centrado no Alto-Forno – 23,6 metros de altura; cadinho de 6,5 metros de diâmetro e um volume interno útil de 670 m<sup>3</sup> – onde se faz a redução dos minérios, do coque e dos materiais fundentes para a obtenção de gusa ou ferro de primeira fusão.

De acordo com as bases de conhecimento proporcionadas pelo inventário de património industrial em curso pelo Ecomuseu, com a participação dos técnicos e trabalhadores da empresa, a programação museológica do Alto Forno deverá abranger: Cowpers, Sala do sinóptico, Nave de sangria, Rampa dos skips, Pote e Ciclones.

A par dos elementos de musealização do Alto Forno, atribui-se grande importância ao espólio documental e arquivístico da Siderurgia Nacional-Empresa de Serviços S.A., essencial ao próprio projecto de musealização e de valorização de testemunhos siderúrgicos *in situ*; considera-se que deve manter unidade o espólio do Centro de Documentação da Siderurgia Nacional-Empresa de Serviços S.A.

A par dos bens materiais, considera-se ainda indispensável associar ao projecto a vertente humana e de saber técnico intimamente ligada ao funcionamento do Alto Forno que permita desenvolver um projecto de valorização e de animação cultural, com aspectos lúdicos, mas também educativos; essa vertente humana seria complementada pelos resultados do levantamento do Ecomuseu e da importante documentação resultante.